

MCPARTLAN, Paul: *Sacrament of Salvation. An Introduction to Eucharistic Ecclesiology*, Edinburgh: T & T Clark, 1995. 21,5 x 14 em. 126 pp. ISBN 0-567-29299-1

Este livro sobre a teologia, a pastoral e a espiritualidade da Eucaristia, escrito para um público não especializado, é em grande parte fruto do estudo feito anteriormente pelo A. sobre a relação entre a Eucaristia e a Igreja: *The Eucharist Makes the Church. Henri de Lubac and John Zizioulas in dialogue*, Edinburgh: T & T Clark, 1993. Este estudo académico, antes de dar o fruto pastoral do livro que recenseamos, foi fermentado pela experiência pastoral de quatro anos numa paróquia de Londres e de vários cursos dados, durante esses mesmos anos, a diversos tipos de ouvintes.

Tendo aprofundado no estudo anterior, à luz da teologia de dois teólogos de primeira magnitude, o que constitui o coração da celebração da Eucaristia, P. McPartlan nos apresenta neste livro, de maneira criativa e numa "unidade ordenada", a relação entre o centro da vida eclesial, que é a Eucaristia, e uma série de temas de capital importância para a vida cristã: os outros sacramentos (mais particularmente, o batismo, a confirmação e o perdão dos pecados), a missão da Igreja, o ecumenismo e o destino final da história e do cosmos.

O objetivo do livro "é mostrar como a fé cristã que é vivida na Igreja irradia de fato dessa fonte", isto é, da relação entre a Eucaristia e a Igreja (p. XIV). P. McPartlan explicita esta afirmação nos seguintes termos: "Vamos ver como a Eucaristia oferece uma chave de incalculável valor com a qual podemos ter acesso ao significado das Escrituras e à compreensão da estrutura e da missão da Igreja" (p. XV). Se a Eucaristia é o centro de toda a vida cristã nas comunidades, se na assembleia reunida para celebrar a Eucaristia é o Povo de Deus que está reunido, então a Eucaristia deve ser compreendida por todos os fiéis como o centro da vida da Igreja. É isto o que o A. quer mostrar com este seu livro concebido como "uma introdução à eclesiologia eucarística".

Apoiando-se na relação constitutiva entre a Eucaristia e a Igreja, o A. aplica à Eucaristia a expressão "Sacramento da salvação", usada pelo concílio Vaticano II para caracterizar a Igreja. O próprio Jesus afirmou, de maneira reiterada e enfática, que o pão e o vinho eucarísticos, isto é, sua carne e seu sangue, são o alimento da ressurreição e da vida

eterna (d. Jo 6,54), P. McPartlan mostra como o caráter intrínseco da relação entre a Eucaristia e a Igreja esteve presente explicitamente na consciência das comunidades cristãs desde os tempos apostólicos. Uma prova da consciência dessa relação é o fato de que tanto a Eucaristia como a Igreja foram denominadas "Corpo de Cristo". O A. apresenta, nesta li-nha, uma série de dados e reflexões muito interessantes sobre a celebração da Eucaristia como o *Sitz im Leben* das cartas do NT e até dos evangelhos. Segundo sua interpretação, os destinatários desses escritos eram os cristãos que se reuniam para celebrar a Eucaristia e era nas celebrações que tais escritos eram lidos (d. capo I, passim, capo 11, pp. 28-29).

O livro tem 8 capítulos. No capítulo 1 é apresentada a instituição da Eucaristia por Jesus, a qual deve ser celebrada, ao longo da história da Igreja peregrina, como memorial da morte e da ressurreição do Senhor e como antecipação do banquete celeste. Estas três dimensões: passado, presente e futuro, por serem constitutivas da Eucaristia, estiveram sempre presentes nas estruturas da sua celebração desde as primeiras comunidades até hoje.

- O capítulo 2 mostra como a salvação trazida por Cristo, e que nos é oferecida na Eucaristia, é o cumprimento das promessas feitas por Deus ao seu povo ao longo de toda a história de Israel. No NT realizam-se as promessas do AT. A relação entre os dois testamentos foi formulada na conhecida frase de Santo Agostinho: "Novum in vetere latet et in novo vetus patet".

- No capítulo 3 é estudada a relação entre a Igreja e a Eucaristia

ao longo das três grandes épocas da história da Igreja: a patrística, a escolástica e a moderna.

- No capítulo 4 é apresentada a contribuição de H. de Lubac, considerado por Hans U. von Balthasar como "um moderno Padre da Igreja", à teologia da relação entre a Eucaristia e a Igreja e às consequências que se seguem para a vida cristã.

- No capítulo 5 é aprofundado o mesmo tema, explicitando, à sua luz, os aspectos internos e externos do mistério da Igreja.

- No capítulo 6 são apresentados os progressos feitos no diálogo ecumênico no que diz respeito à compreensão da Igreja e da Eucaristia. Hoje a Eucaristia é vista como central na vida cristã pelo Conselho Mundial das Igrejas e pelos documentos mais importantes do diálogo ecumênico, citados com frequência pelo A. ao longo do livro.

- O capítulo 7 desenvolve o tema particular da relação da Eucaristia com os outros sacramentos, particularmente com o batismo, com a confirmação e com o perdão dos pecados.

- No capítulo 8 é mostrada a dimensão cósmica da Eucaristia. Através dela, Deus não só reúne a Igreja na unidade e salva a humanidade, mas cria os novos céus e a nova terra.

Como notávamos no começo, a riqueza deste livro está sobretudo em apresentar para um público não especializado, e em linguagem acessível, a riqueza inesgotável da teologia da Eucaristia, mais particularmente, da sua relação essencial com a Igreja, estudada pelo A. nos dois

grandes teólogos - um católico e o outro ortodoxo grego - De Lubac e Zizioulas. São também de grande riqueza teológica as freqüentes citações do concílio Vaticano II e do novo Catecismo da Igreja Católica, assim como as citações de alguns dos documentos mais importantes do diálogo ecumênico.

Pelos acenos feitos às suas qualidades, julgamos que a leitura atenta do livro que recenseamos será mui-

to enriquecedora, tanto para o aprofundamento pessoal e a vivência mais profunda da Eucaristia - que é o "Sacramentum fidei" por excelência - como para a missão evangelizadora da Igreja no mundo de hoje.

Álvaro Barreiro

MARTINI, C. M. - TREVI, M. - MONTICELLI, R. De - MINEGISCHI, Shoten: A *oração de quem não crê*. São Paulo, Loyola, 1996. 94 pp. ISBN 85-15-01261-8

O livro recolhe as quatro palestras dadas, em 1993, na VII sessão da "Cátedra dos não-crentes", fundada pelo Cardeal Arcebispo de Milão C. M. Martini.

O título, que num primeiro momento pode soar estranho, é na realidade pertinente. Com efeito, em toda pessoa, seja ela crente ou não-crente, convivem em algum nível e em alguns momentos, mais ou menos profundos e duradouros, a voz e as atitudes de quem crê, de quem acolhe e aceita a voz e as atitudes de quem não crê, de quem se interroga e duvida. Na formulação de Mario Trevi: "Não existe fé que não contenha um núcleo de incredulidade e não existe incredulidade que não contenha pelo menos a tentação da fé" (p. 27). Por causa deste diálogo no interior de cada pessoa, é possível o diálogo entre os que crêem e os que não crêem; neste caso, um diálogo sobre a oração.

No Prefácio, G. Ravasi cita vários filósofos para mostrar que razão

e oração, pensamento e agradecimento, não se opõem. Orar é uma atividade que brota não só da vida de fé e da liturgia, mas do fato de ser homem, do Adão universal.

"Orar é pensar o sentido da vida" (Wittgenstein.) *Denken ist Danken*: "Pensar é agradecer" (Heidegger). "Os antigos afirmavam justamente que orar é respirar. Logo, percebe-se quão tolo seja querer falar em *por quê*. Por que eu respiro? Porque, caso contrário, morreria! O mesmo ocorre com a oração" (Kierkegaard.) "Orar é a grande recompensa do fato de sermos homens" (Heschel).

A este texto podemos acrescentar o de Friedrich Heiler, citado pelo cardeal Martini na palestra conclusiva: "Por mais agudas que possam ser as objeções apresentadas pelo intelecto racional à oração, por mais justificadas que possam ser as críticas feitas a concepções de oração profundamente supersticiosas e indignas de Deus, a oração possui raízes tão firmes e profundas no

oração do homem, é algo tão natural, essencial, profundamente humano, que resulta indestrutível C..). O impulso a orar resiste obstinadamente a todas as objeções filosóficas e, portanto, reaparece sempre vitorioso e supera todas as críticas e dúvidas dirigidas à oração" (p. 88).

As quatro palestras abordam o mesmo problema de perspectivas diferentes.

A primeira palestra *Quem não crê ora?* proferida pelo psicólogo Mario Trevi, é um modelo de honestidade e de finura na análise do problema teórico e da experiência pessoal para responder à pergunta. A resposta pode ser dada a partir de uma análise "lógica", "racional", dos termos da pergunta ou pode ser uma resposta "empírica", dada a partir da "experiência", dos fatos concretos, do testemunho. M. Trevi é consciente de que a resposta é difícil, e por isso a apresenta como hesitante, parcial, confusa. Mas é também fascinante. Há não-crentes que respondem à pergunta com um "não" claro e rotundo. Mas há também os que dão à mesma pergunta uma resposta paradoxal, afirmando a possibilidade de orar na ausência de Deus. Tal é o caso nesta afirmação de Simone Weil: "Orar a Deus, não apenas por secreto respeito aos homens, mas enquanto pensamos que Deus não existe". Depois de apresentar as duas respostas opostas à pergunta "Quem não crê ora?", o autor pergunta: *Como ora o não crente?*

Para que possamos falar da oração do não-crente temos que partir de uma definição da oração mais ampla que a definição corrente, isto é, a oração como louvor e súplica à divindade feita na atitude de confiança e de entrega. Trevi indica dois caminhos nessa busca. 1) A oração como diálogo interior, o qual "im-

plica uma referência a uma ulterioridade e a uma alteridade", as quais, por sua vez, "são dadas no ato mesmo de conceber a condição do homem". "Desse modo definida, a oração não implica um ato de fé, mas simplesmente uma escolha antropológica" (p. 23). 2) O segundo caminho concebe a oração como "espaço simbólico", ou melhor, como "espaço símbolo-poético", isto é, concebe o símbolo como "atividade sintetizadora de opostos", mantendo-os numa tensão criadora. A oração é, portanto, também possível para o não-crente, entendendo por "não-crente" aquele que não pode pronunciar nenhum credo e crê que todo credo contém uma centelha de verdade" (p. 32).

Na segunda palestra: "Poesia é oração?" (pp. 39-61), Roberta De Monticelli retoma os dois registros da reflexão e da emoção mostrando a "sororidade" que une a filosofia como memória profunda consciente e a poesia como memória profunda inconsciente, nascendo ambas da gratuidade e "erguendo-se ambas acima de si mesmas - comenta o cardeal Martini - em um movimento semelhante ao daquele que ora". Retomando este tema, na sua palestra final, dirá nesta mesma linha: "A poesia propicia um novo mergulho nas raízes do nosso ser, das quais brotam espontaneamente, em cada pessoa, formas de oração, ainda que ela não professe nenhum credo específico" (p. 87).

Na terceira palestra: "Caminho rumo ao nada?" (pp. 69-77) o monge budista japonês Shoten Minegishi, sentado na posição *zazen*, rodeado pela vela da sabedoria, o incenso da purificação e as flores da misericórdia, expõe a concepção budista - difícil de entender para um ocidental - do *mu-ga*, do "eu-nada", da relação entre o "nada" e o "eu",

segundo a qual a plenitude do "eu" consiste em chegar ao "nada"; o "nada", o vazio, é o fim da vida, do caminho. O budismo não é em primeiro lugar uma doutrina, mas o percurso de um itinerário. O itinerário do esvaziamento do eu deve ser percorrido, porém, na abertura para os outros, na comunhão e na prática da misericórdia.

Na última palestra "Entender, compreender, orar" (pp. 81-94), o cardeal Martini recolhe os temas centrais das três exposições precedentes e tira delas esta conclusão: "Qualquer que seja a condição espiritual ou cultural de uma pessoa, a oração é como uma força vulcânica subterrânea que pressiona para emergir das profundezas, e pode esperar talvez anos e décadas, mas está sempre prestes a prorromper quando se verificam certas condições mínimas" (p. 88).

Não obstante todas as objeções feitas pela razão à oração, "todos aqueles que tentam abrir-se confiantes, ainda que hesitantes, ao mistério último da existência, penetram no processo multiforme e poliédrico, ou melhor, no mar da oração C..). Exatamente como aquele que entra

receoso no mar e gradativamente experimenta a alegria de se entregar às águas que o sustentam" (p. 90).

No final da palestra, falando já da especificidade da oração cristã, o cardeal Martini escreve: "Desse modo, as oporias acima indicadas na dialética *ratioforatío*, monólogo ou diálogo, diálogo consigo mesmo ou com outro em nós mesmos, de nível infantil ou entrega confiante, descobrem uma sua inesperada e extraordinária composição em uma dualidade/unidade que responde a todas as esperas do homem e da mulher que oram. Poderíamos exprimi-la afirmando que a dualidade *ratioforatío* se torna *adoratío*. Adorar significa penetrar no face a face, boca a boca (*ad os*, levar à boca") no mistério trinitário (...). Aquele que ora penetra no mistério que é o verdadeiro mar do Ser sem limites e no qual reencontramos todos os outros seres humanos que sofrem e que pedem para ser abraçados por nossa solidariedade"(p. 94).

Alvaro Barreiro

LECOMPTE, Denis: *De l' Athéisme au retour du religieux. Dieu, toujours Lui?* Paris: Plon/Mame, 1996. 288 pp., 20 x 13 em. ISBN (Plon) 2-259-18458-8- (Mame) 2-7289-0813-3

Tema extremamente atual. O livro conduz-nos pelos caminhos da história de maneira clara, segura, sucinta. A tese central tem seu fascínio. O surto religioso atual tem antes um colorido pagão natural. A religiosidade pagã ficara embutida

ao longo de todo o processo histórico do Ocidente, marcado pela presença cristã, quer na sua positividade, quer nas posições que se opuseram a ela. Assim o ponto capital de intelecção da trajetória do ateísmo ao retorno do sagrado, títu-

10 do livro, é dado pelo Cristianismo. Sem ele, não se entende tal processo. Toda vez e em todo lugar onde o Cristianismo presente se retira, abre espaço para a religiosidade natural pagã.

O A. se pergunta qual é o mais fundado: o ateísmo ou a volta ao religioso, e como se chegou historicamente a ambos. Antes, porém, recua ao sentimento inicial filosófico e religioso. Então remete-se a um fragmento de Parmênides: "Existe o existe", ou de outra maneira, "existe o existir de alguma coisa". H. Reeves formula esta experiência sob duas formas expressivas: "existe antes o ser que o nada", "existe antes a música que o ruído". Daí um sentimento metafísico e religioso de admiração. Todo sentimento religioso nasce daí. Experiência primeira e primigênia. Espanto e maravilhamento!

Quando se pesquisa a origem do ateísmo, a referência obrigatória são Epicuro e Lucrecio. Mas, se se observa bem de perto a posição de ambos, eles queriam salvar os deuses de uma religiosidade popular que os degradava. Portanto, nesses inícios não existe ateísmo propriamente dito, mas um materialismo que se estabelece para combater a superstição religiosa. Esta defrontava com deuses que oprimiam tanto a vida presente como ameaçavam a vida para além da morte. A fim de livrar-se desse peso, Epicuro e Lucrecio vão adotar o materialismo, mas que não significa nenhum ateísmo. Deixa um espaço para os deuses.

Neste contexto em que se combatiam as superstições pagãs por meio de um materialismo, pareceria que o surgimento do Cristianismo, que não pactuava com as supersti-

ções pagãs, não deveria provocar nenhuma oposição. No entanto, os adversários do Cristianismo inicial, Plínio, o jovem, Tácito, Suetônio encaram o Cristianismo como uma religião supersticiosa e assestam as mesmas baterias, antes voltadas à religiosidade popular pagã. De novo, não se trata de um ateísmo, mas de uma defesa da religião, do sentimento religioso, em nome da cultura, do universalismo e do racionalismo em oposição ao cristianismo entendido como religião supersticiosa, particular e avessa à razão. Apologistas cristãos tentaram responder às acusações dos filósofos pagãos. Pode-se concluir que nesse período não existe uma negação do sentimento religioso, sobre o qual nos nossos dias a Nova Era vai apoiar-se.

Na segunda parte do livro, o A. aborda o anticristianismo ateu. Será de dentro do Cristianismo mal recebido, mal compreendido, mas vivido que surgirá o ateísmo. Assim o A. mostra como, a partir de deformantes interpretações internas, o judeu-cristianismo pode gerar o ateísmo e o secularismo ateu. Mas, o ser humano continuará religioso, pelo menos panteísta.

Na Idade Média não se registram traços de incredulidade por causa do clima espiritual, mas podem-se descobrir indícios. Assim o A. cita Otlon de Saint-Emmeran, o personagem Boson do diálogo de Santo Anselmo de Cantuária. Na Renascença, com a redescoberta da Antiguidade pagã, surgem objeções pagãs contra o Cristianismo. A partir do séc. XVI e XVII podem-se respingar múltiplos indícios de anticristianismo e, às vezes, de ateísmo. Autores ora mais ora menos conhecidos como: Lucilio Vanini, Pierre Gassendi, de la Mothe Le Vayer, Ch. de Saint-Evremond.

Menciona também as críticas anticristãs de Molit?re. No século XVIII, o A. estuda, de modo mais detalhado, a Robert Challe (1659-1721) e o sacerdote J. Meslier (1664-1729).

O segundo capítulo desta segunda parte versa sobre o ateísmo anticristão. Aí os textos ateus se tornam mais claros e explícitos. O A. inverte o título. Passa-se de um anticristianismo ateu para um ateísmo anticristão. Há continuidade e mudança. Atinge-se um umbral mais ateu, mas continua ainda no campo limitado do anticristianismo que não destrói fundamentalmente o sentimento. Antes do marxismo do século XIX, três autores marcam esse momento: Voltaire, Diderot e Holbach. Considera o último o mestre em ateísmo anticristão, racionalista e materialista. Marx encarna o materialismo e ateísmo, esvaziando a ideologia religiosa pela prática materialista. Ele reflete uma vontade de passar de uma reflexão anticristã a uma reflexão atéia, mas ainda fica preso na luta anticristã. O A. mostra a herança judeu-cristã do pensamento marxiano.

No entanto, pela primeira vez na história é possível constatar um ateísmo que se apresenta radical e inteiro. Provém de uma luta anticristã cada vez mais exacerbada. Mesmo assim persiste tanto nos ateus pré-marxistas como em Marx uma conotação religiosa.

A terceira parte intitula-se: Um ateísmo oriundo de um certo cristianismo. A figura que domina é Feuerbach. É chamado o João Batista, precursor, dos mestres da suspeita: Marx, Nietzsche e Freud.

Nesse capítulo o A. persegue outro itinerário do ateísmo. Nas

partes anteriores, tratava-se de um ateísmo que quis afirmar-se tal, do lado exterior da fé, por ressentimento anticristão, ou anti-supersticioso. O outro percurso escolhido mostra que o ateísmo moderno se pensa mais radical e total porque ele brotou do coração mesmo de uma certa forma religiosa, isto é uma forma particular do cristianismo. O A. apóia-se no estudo do P. de Lubac sobre a herança espiritual de J. de Fiore. Vê-a centrada no secularismo ateu, que provém de certo cristianismo mal entendido.

Estudando sobretudo Feuerbach, mostra como ele tem os dois eixos do ateísmo, quer sua forma anticristã por causa do caráter particular da Revelação em contraste com a universalidade da Filosofia, quer sua expressão de secularismo ateu, a suprimir Deus sem abolir, porém, os atributos divinos. Faz deles o constitutivo fundamental do ser humano e da humanidade. Temos, portanto, um cristianismo secularizado, mas não ateu no sentido exato do termo, e o panteísmo da Antiguidade, o do Oriente e o que ressurge em nossa época. Apesar de sua convicção atéia, tanto Feuerbach, como Marx, Nietzsche e Freud manifestam um certo senso religioso. Para o A. é este sentido religioso, sempre presente, malgrado as pretensões atéias, que emerge vigorosamente na atualidade.

No último capítulo o A. retoma os temas centrais e relaciona-os sob a ótica da secularização, sentimento religioso e cristianismo. Existe nos fatos um secularismo ateu que surge de uma maneira particular de compreender o cristianismo. É mais insidioso que o ateísmo anticristão, exterior à fé. Ambos, porém, não instauram nenhum ateísmo total. O sentimento religioso lhes permanece

subjacente e ressurgem todas as vezes que pode.

O A. tenta mostrar porque o mundo ocidental, embebido de judeu-cristianismo, foi único em promover um certo ateísmo ao mesmo tempo que um desenvolvimento tecnológico e econômico. Atribui importância à noção de criação "ex nihilo" em oposição a um mundo panteísta, divino e eterno, e do tempo linear em contraste com um tempo-destino fatalista, cíclico da cultura pagã, mais afim à reencarnação. Essas duas concepções da criação e do tempo linear favoreceram o desenvolvimento tecnológico, econômico e social.

De fato, o ateísmo, o secularismo e o materialismo ideológico só existem e existiram na órbita cristã. Só os encontramos nas regiões tocadas pelo cristianismo, procurando desembaraçar-se de todo sentido religioso. É freqüentemente um cristianismo mal vivido e mal compreendido que gera o ateísmo. Uma certa maneira de propor o Cristianismo na esteira de Joaquim de Fiore está na raiz do secularismo ateu. O A. retoma a tese, aliás antiga, mas recentemente retomada por M. Gauchet, de que "o judeu-cristianismo é a religião da saída da religião". O judaísmo pela idéia de criação, o cristianismo por uma mal entendida horizontalização reducionista de Deus à humanidade de Jesus, secularizando totalmente a Deus no amor ao irmão sem Transcendência.

Como conclusão, o A. constata que há um relançamento da fé e do Evangelho, um enfraquecimento das ideologias e do Cristianismo, pelo menos na Europa ocidental. Ressurge o homem natural religioso pagão. Com a retirada do Cristianismo,

acontece também um enfraquecimento de seus sucedâneos do ateísmo, secularismo ateu, materialismo rígido, o marxismo como sistema ideológico. O ateísmo tinha crescido à sombra da fé e lutando contra ela; o secularismo ateu decorre de uma certa compreensão cristã. Com o enfraquecimento do cristianismo histórico, esses seus adversários perderam gaz.

Daí decorre o inevitável aparecimento do homem religioso natural pagão, de que a Nova Era seria também sua expressão. Pois ela é algo mais complexo, carregando do melhor e do pior em termos religiosos, com certos traços de "moda". Ela busca dar conta das aspirações e sensibilidades atuais, as mais diversas: panteístas, orientais, etc. A Nova Era se pensa compatível com um Cristianismo, já não o histórico, mas um cristianismo gnóstico, fluído, em oposição à instituição eclesiástica.

Numa palavra, a tese central do A. gira em torno do fato de que em se retirando o Cristianismo, abre-se espaço para o homem natural religioso pagão. E os movimentos que ocupam, portanto, o espaço deixado vazio pelo Cristianismo assumem tal colorido. Portanto o desafio do Cristianismo no próximo século, não parece ser o ateísmo, mas um homem religioso inquieto, de uma religiosidade pagã, fora das grandes religiões. O Cristianismo primitivo conheceu situação similar. Abrem-se ao Cristianismo novas chances, se ele souber responder a esta nova sensibilidade religiosa.

Trata-se de um livro realmente interessante e as teses centrais são provocantes. Sempre se poderá objetar que as provas aduzidas com alguns testemunhos não parecem tão

convincentes e que haveria tantos outros testemunhos que desabonam as provas. No entanto, as considerações do A. podem ajudar a entender e a enfrentar com lucidez o atual movimento religioso, quer evitando ilusões de conservadores não esclarecidos, quer também abrindo cam-

po para uma pastoral positiva, criativa e audaz.

J. B. Libanio

ENRIQUE y TARANCÓN. V,- MIRALLES, J. e,t alii: *De cara al tercer milenio. Lecciones y desafíos.* Barcelona/Santander Cristianisme i Justícia/Sal Terrae, 1994. 176 pp., 20,3 x 13,5 cm. Col. Presencia teológica; 75. ISBN 84-293-1119-X

Vários trabalhos, um espírito. A variedade vem da temática sócio-cultural, teológica e espiritual. A unidade vem da perspectiva crítica, muito articulada com a modernidade e pós-modernidade desde o mundo dos pobres, dos excluídos, dos marginalizados. Aparece um Primeiro Mundo atento ao Terceiro Mundo, não só por um interesse intelectual, mas também por um compromisso de vida e de fé.

Um leitor do Terceiro Mundo pode até mesmo sentir-se envergonhado, ao ver mais seriedade e compromisso por parte desses escritores espanhóis na maneira de tratar os seus problemas que os seus próprios compatriotas.

A apresentação do Cardo Enrique y Tarancón chama a atenção para o papel profético da Instituição Cristianisme i Justícia que coordenou esta publicação por ocasião da celebração de seu décimo aniversário de existência. O livro é o resultado de conferências feitas, a modo de balanço das lições dos anos 80 e dos desafios da década de 90, em torno dos eixos

acima mencionados: sócio-político, teológico e espiritual.

J. Miralles destaca alguns traços básicos dos anos 80 sob o aspecto sócio-cultural: individualismo, nacionalismo, capitalismo. Parte do conceito de cultura de G. Rocher como um conjunto estruturado de maneiras de pensar, sentir e agir mais ou menos formalizadas, que, aprendidas e compartilhadas por um grupo de pessoas, servem, de um modo, ao mesmo tempo objetivo e simbólico, para constituir a estas pessoas numa coletividade particular e distinta. Busca descobrir as lições duradouras da década de 80, sobretudo na Europa depois da queda do comunismo do leste, no esforço de criar seu próprio espaço nessa nova condição pós-moderna. Destaca três grandes temas: a) crise e ressurgimento do capitalismo e os nacionalismos emergentes nos ex-países comunistas, b) a construção da Europa nos novos espaços e c) a pós-modernidade com sua problemática religiosa.

O A. relaciona a crise do capitalismo dos anos 70 com a emergência

da onda neoliberal na Inglaterra, nos USA e que depois se espalhou pelos outros países. O neoliberalismo tem mudado o significado do trabalho, provocado uma crise do valor da solidariedade, reforçado o individualismo e a quebra da linguagem das utopias. Por detrás de tudo isto está a revolução tecnológica.

Com a queda do sistema socialista nos países do Leste Europeu, explodem nacionalismos de traços étnicos, religiosos e/ou lingüísticos. A Iugoslávia exemplifica tal fenómeno de maneira dramática. Não se pode esquecer também o rebrotar do neonazismo, de racismos, xenofobismo, etc. da pior qualidade.

O A., como europeu, levanta a questão da unidade da Europa: definição e construção. Em seguida, delinea os contornos, já bastante conhecidos, da pós-modernidade e sua repercussão no mundo religioso. Conclui transformando a reflexão em questionamentos na direção da valorização da sociedade civil, do repensamento do etnocentrismo europeu, duma nova pedagogia de formação, de respostas concretas à crise das grandes utopias.

J. García Roca, por sua vez, enfoca os desafios pendentes para os anos 90. Toca pontos fundamentais como o enfrentamento da crescente complexidade no nível das explicações, organizações e direções com a mundialização dos problemas, o seu carácter interativo e, portanto, a necessidade de soluções nesse mesmo plano. Rejeitam-se as ortodoxias simplificadoras. Paradoxalmente há uma afirmação das particularidades, do local, dos mundos vitais, do comunitário, dos espaços de proximidade, com desconfiança da centralização ao lado da crescente globa-

lização. A linguagem macroeconômica permite identificar a crise e tentar superá-la. A busca da felicidade, do bem-estar das pessoas, da qualidade de vida indicam novo clima cultural. Por isso, estão os desafios de levar em consideração os fatores subjetivos, pois se percebem os limites do enfoque sociológico e econômico. Faz-se mister repensar os espaços do Estado e do Mercado, em articulação com o novo espaço da subjetividade, caracterizado pela proximidade, comunicação e personalização. Enfim, desafia-nos a tensão entre o pluralismo cultural e a necessidade da própria identidade cultural. Caminha-se de um momento em que se estabeleciam projetos maiores para valorizar os pequenos projetos, em que se marcavam bem os conflitos para a busca de consenso e intermediações políticas. O A. focaliza no espaço social o recrudescimento dos dois cenários da integração de grupos pequenos e países ricos, de um lado, e, do outro, o da exclusão, da marginalização de grandes maiorias, com os problemas daí decorrentes, sobretudo da vulnerabilidade, da fragilização de tantas realidades sociais até então estáveis. Termina prevendo um tempo em que o sucesso dependerá da conjugação dos protestos-proposta e das propostas-protesto.

Sobre a temática teológica, J. I. González Faus retoma alguns traços importantes dos anos 80. Para entender tal década, remonta ao movimento do Concílio Vaticano II, que pretendeu ser um concílio eclesiológico e desencadeou uma revolução cristológica. Esta recupera a humanidade de Jesus, a identidade de Deus desde Jesus que prega o Reino de Deus, que morre na cruz e assim revela o Espírito, portanto a Trindade. O Concílio manifesta tam-

bém o caráter ocidental da Igreja. Os anos 80 trouxeram um giro na investigação histórica, passando da problemática do Jesus da história e o Cristo da fé para a da Igreja comunidade histórica e a Igreja da fé. As investigações históricas levantam questionamentos à "tranquila situação" em que até agora vivíamos na Igreja sobre a questão da mulher, do ministério petrino. Problemas pendentes. O A. considera a involução eclesial como fator típico da década passada. Fato assaz conhecido e so-frido. Continua indicando a repercussão de fatores extra teológicos, como a questão da "justiça impossível, a "cultura do respirar" no duplo sentido de alienação diante do sofrimento e de defesa de tanta gente que se está afogando. Refere-se à recepção ambígua do Oriente por parte da cultura ocidental, tanto como forma de enriquecimento como de alienação. Destaca também o valor do diálogo e do pequeno quando tem o caráter de sinal. Conclui analisando os três fatores: Europa, América Latina e Oriente. Cabe à teologia na Europa desmascarar a concepção de progresso e da cultura capitalista, que tiveram a Europa como berço, manter-se numa linha de fidelidade à opção pelos pobres (América Latina) e manter o diálogo (Oriente).

Para os anos 90, F. J. Vitoria, num texto mais longo, vê como desafio seguir as pegadas da justiça. Prefere falar de "sabedoria cristã" em vez de teologia. Vê-a confrontada com os desafios da justiça na sua missão hermenêutica, mas também "terapêutica" no sentido de participar dos sofrimentos do mundo de hoje. Através de uma parábola, do superpetroleiro, evidencia o caráter crítico-prático da sabedoria cristã. Com ela, quis mostrar o risco de

vivermos em superpetroleiros modernos que com seus radares não captam os sofrimentos dos naufragos perdidos no oceano, enquanto antes as pequenas barcas os viam e salvavam. O texto bastante pastoral acentuou mais o aspecto exortativo que analítico.

A terceira parte dedica-se à espiritualidade. J. M. Rambla inicia sua colocação com algumas distinções práticas e úteis sobre as diversas acepções de espiritualidade, assumindo-a em sentido amplo de vida espiritual e clima espiritual. Depois de traçar um quadro sumário e rápido de temas, problemas e aspectos do momento atual, chama a atenção para a gama de injustiças aí envolvida com os compromissos correlativos. A característica fundamental de uma espiritualidade da justiça é seu caráter integrador dos opostos: estrutural/pessoal, longínquo/próximo, luta/reconciliação, etc. O A. manifesta a preocupação de apresentar uma espiritualidade bem concreta e encarnada. Por isso, desenvolve três idéias importantes: o próximo como aquele que está mais perto de nós, a experiência de Deus no concreto e a tarefa não só de derrubar, mas também de construir. Concentra-se depois na tarefa fundamental da espiritualidade emergente, a saber, de viver espiritualmente não só nos extremos, nas margens, nas periferias da vida, mas no seu centro (Primeiro Mundo). Lá nos extremos está o lugar privilegiado dos pobres e a favor dos pobres, marginalizados, drogados, aidéticos, anciãos etc.. No centro, está o mundo rico, com toda a sua variedade de tecnologias modernas, que estão a desafiar viver a espiritualidade. O A. aponta três traços importantes para viver aí a espiritualidade: o gosto pela vida com a relevân-

cia da afetividade, educar o desejo e a subversão, o não-conformismo evangélico. Analisando o campo da espiritualidade percebe sinais de vitalidade no influxo e atrativo do Oriente, na intensificação das diversas formas de Exercícios Espirituais, na extensão da prática da orientação espiritual, no crescimento de movimentos espirituais. Além disso, recobriram importância nos últimos anos o feminismo, uma aproximação mais completa da Bíblia, o diálogo inter-religioso, a temática ecológica.

No último texto, D. Mollá tenta discernir os sinais da espiritualidade para o final do milênio, que ele chama de "mística de olhos abertos" numa reação ao secularismo. Trabalha, em primeiro lugar, a dimensão humana de tal mística. Ela supõe uma capacidade de interioridade, um dom de discernimento, uma força de

resistência. E os desafios colocam-se em descobrir ao Deus que se esconde na obscuridade da vida, no seguimento de Jesus como dom e em gratuidade, em viver profeticamente as tensões de nossa pertença à Igreja e em levar uma existência integrada como "místicos horizontais".

O livro não traz nenhuma originalidade especial, mas sistematiza, organiza, propõe, de maneira clara e sugestiva, elementos sócio-culturais, teológicos e de espiritualidade que flutuam no oceano confuso do momento atual. É boa bússola para navegar. Escrito com muito espírito, clareza e coragem profética.

J. B. Libanio

TORNOS, Andrés: *Esperança e o Além na Bíblia*. Tradução (do espanhol) Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 1995. 158 pp., 20,8 x 13,6 cm. Coleção o Mundo da Bíblia. ISBN 85.326.1362-4

O livro situa-se no campo da teologia bíblica, que transita entre a exegese dos textos escatológicos do Antigo e Novo Testamento e a reflexão sistemática. A intuição fundamental é logo expressa nessa frase: "A esperança dos primeiros discípulos não foi uma questão de cálculo: foi uma paixão". O A. quer perseguir nas Escrituras as raízes dessa paixão, sua longa preparação de séculos até eclodir no tempo e pessoa de Jesus. Evitam-se questões eruditas e discutidas. Prefere não colocar no título "Escatologia bíblica", o tema real do livro, para obviar a

falsas intelecções que esta palavra provoca.

Com efeito, embora trate dos temas concernentes aos fatos últimos para onde converge todo o curso do mundo e dos homens, trata-os em outra perspectiva, ao querer compreender a mensagem bíblica sobre tais questões para a nossa fé hoje. Valorizam-se os textos do Antigo Testamento, mas interpretado em função do Novo, e este bem centrado em Jesus.

Quanto ao Antigo Testamento, na pluralidade de seus livros e di-

versidade de tempos, o A. procura seguir as tradições nucleares de fé que o povo escreve e reescreve ao longo de sua história numa ordem que não corresponde à atual dos diferentes livros. Para realizar tal projeto, estuda as tradições bíblicas na seguinte ordem: javista, deuteronomista, sacerdotal, profética, sapiencial e apocalíptica para concluir com uma síntese que faz a passagem para o Novo Testamento. Também ele segue a ordem dos evangelhos e o anúncio do Reino, o mistério pascal, a comunidade dos Atos, as cartas de Paulo e termina com a teologia joanina de viver já agora o reino.

Evidentemente todo projeto de teologia bíblica recebe certa reticência por parte dos exegetas. Ele abarca amplos arcos, enquanto os textos bíblicos, na sua particularidade, trazem já de si muitos problemas. Se se perde em cientificidade, ganha-se, sem dúvida, em alimento para a fé com base fundada e séria. Este projeto não é nenhuma aventura espiritualista. Conseguir, assim o penso, equilibrar os resultados frios e técnicos da exegese com o sentido último da Escritura de ser uma Palavra viva para nossa fé hoje.

Na tradição javista, a consciência escatológica começa a delinear-se a partir da experiência de confiança no poder ~ bondade de Deus nos acontecimentos do mundo, ao olhar ela para o passado, percebendo assim caminhos que se abrem para o futuro. Esta tradição foi escrita em época pouco posterior a Davi, quando já se tinha amadurecido no povo judeu a consciência religiosa e nacional, centrada na recordação ritual da libertação do Egito e no reconhecimento de

que todas as tribos descendem de Jacó. E daí recuava-se a Abraão.

Fundamental para a fé javista é a percepção de que apesar das perversidades dos homens (pecado de Adão e Eva, Caim, dilúvio, Babel, etc), fica sempre aberta uma porta de esperança por meio de intervenção salvífica futura de Javé. Daí sua confiança nele. Por isso, termina por anunciar uma esperança que acabará tornando-se escatológica, vencendo os limites do mundo. Neste contexto, aparece a importância das figuras de Abraão, de Jacó, que inspiram a confiança na eleição da graça e na superação das dificuldades. No centro, porém, está a experiência da saída do Egito, da aliança do Sinai, onde reluz a confiança em Javé. Esta se abre para além da posse da terra.

Os textos deuteronomistas são posteriores. São datados do período depois da queda da Samaria, quando Judá se encontra fortemente ameaçado. Estes escritos apresentam a lei no quadro de alguns discursos de Moisés com muita emoção, repetindo várias vezes a frase: "Ouve, Israel!" O famoso shemá começa precisamente assim (Dt 6,4-9).

A maneira de viver a confiança responde à situação terrível da destruição da Samaria e da ameaça daí decorrente para o Reino de Judá. Só se pode confiar nas promessas de Javé, que não deixará de ser fiel, apesar de todas as falhas do povo. Estas devem ser tomadas a sério. É uma esperança a partir de uma situação de crise, pedindo fidelidade e confiança aqui e agora com recomendações de urgência. Os maus tempos não vêm de uma falta de bondade ou poder de Deus, mas das transgressões do povo. Esta tradição associa, como indissolúveis, confian-

ça, responsabilidade e conversão. Os profetas retomarão este apelo à conversão. Há duas certezas: a conversão é possível e Deus reconstruirá o povo, se se converter. Mas não se afirma se ele se converterá.

A tradição sacerdotal dá maior relevo ao caráter sagrado, transcendente e sublime de Deus, irredutível ao mundo. Ela é datada do cativo da Babilônia, quando já a unidade do povo não é mais garantida por reis e chefes, mas pelas tradições religiosas. Desenvolve um conceito de confiança sobre fundamentos mais depurados por causa da situação pluralista em que o povo vive. Acentua a iniciativa de Deus no próprio ato de alguém confiar nele. Deus será o Deus de Israel para sempre e Israel seguirá sendo seu povo, aconteça o que acontecer. O importante de Deus é Deus mesmo e não as vantagens que alguém pode tirar dele.

Os escritos proféticos oferecem contribuição nova para a doutrina da esperança. Eles refletem mais os momentos sociais e políticos revoltos em que surgem. Revelam uma dupla crítica de cunho ético-moral: não se agrada a Deus nem se confia verdadeiramente nele violando a justiça e a dignidade do próximo, nem apoiando-se em outros valores que não o próprio Deus. Trata-se de uma esperança que conta com os juízos de Deus. Verdadeira esperança supõe conversão. Nunca se pensa uma esperança automática, que prescindida da liberdade humana. Há também uma dimensão de compromisso com os desesperançados.

O A. percorre vários dos profetas, colhendo deles a compreensão da esperança. Trabalho, ao mesmo

tempo minucioso, captando os detalhes e novidades de cada um, e sintético, apresentando os seus pensamentos de maneira densa e clara. Mostra domínio da literatura exegética, lida à luz de uma perspectiva teológica determinada.

Esta pesquisa avança através da literatura sapiencial, dos salmos e apocalíptica com suas respectivas novidades. Esta parte do Antigo Testamento termina com uma excelente síntese das riquezas do conceito de esperança no Antigo Testamento, abrindo-se ao Novo Testamento.

A esperança no NT liga-se na pregação de Jesus à realidade do Reino de Deus, onde se une a dupla dimensão profética da conversão e o anúncio da boa-nova. Essa não se realiza automaticamente mas deve ser acolhida e aceita. Sobretudo através das parábolas, Jesus explica a natureza deste Reino na dupla dimensão de presente já neste mundo, em que bons e maus se misturam, e de transcendente, onde se processa a separação definitiva entre bons e maus. Muitas outras dimensões do Reino são analisadas sob o ângulo da esperança.

O mistério pascal da morte e ressurreição de Jesus merece necessária atenção na história da revelação da esperança. Esse mistério cristológico ilumina a realidade do Reino a ponto de o NT identificar o Reino com a pessoa de Jesus.

A experiência da comunidade dos Atos dos Apóstolos oferece novos elementos para prosseguir o caminho da esperança. É o tempo da Igreja, de uma comunidade sustentada pela esperança na força do Espírito Santo até que o evangelho chegue aos confins da terra.

O livro termina com o estudo da esperança no cotidiano, baseada nas epístolas paulinas e na vida do Rei-no agora até o dia da plena revelação, como aparece nos escritos joaninos.

O A. do livro já é conhecido do leitor da PT pelas resenhas que fizemos dos seus dois volumes sobre escatologia [25 (1993): 107-110]. Professor emérito da Universidade de Comillas-Madrid, Espanha, consegue expor de maneira clara, sucinta e exata, com amplo conhecimento da

literatura bíblica, a riqueza da virtude da esperança. No momento em que se vive enorme desesperança por causa da força massacrante do sistema neoliberal sobre nossos países indefesos, ler esse livro de A. Tor-nos traz-nos alento. Vale a pena acercar-se a essa fonte e beber dessa água pura e saciante.

J. B. Libanio

GIMPEL, Jean, *O fim do futuro. O declínio tecnológico e a crise do Ocidente*. Tradução do francês Luis Serrão. Mem Martins (Portugal): Editorial Inquérito, 1993. Coleção Perspectivas, ISBN 972-670-174-0188 pp, 21 x 14 cm

A tese central do livro gira em torno da crise do Ocidente devido ao decréscimo do ritmo de inovações tecnológicas, não se realizando os prognósticos dos futurólogos da década de 50 e 60, sobretudo de H. Kahn, A. Wiener, A. Toffler e outros, quando a "crença insensata no progresso contínuo e aceleração culminou". Ele distingue entre invenção e inovação. Esta é "uma invenção que foi financiada, testada, comercializada e aceite pelo mercado". As inovações previstas pelos futurólogos não se realizaram. Relendo as páginas que então se escreveram, podemos ver a distância de suas prospectivas e a realidade atual.

O A. demonstra o fato do abrandamento das inovações tecnológicas nos diversos campos. Crítica a célebre máxima: "Não se pode parar o progresso".

O fato do decréscimo das inovações remonta, sem dúvida, a muitos fatores. Logo no início, ele indica a atitude fundamental das pessoas diante da ciência. De um lado, o movimento ecológico inibe, com suas ameaças, a criação de novas tecnologias. As empresas tiveram que pagar enormes indenizações por efeitos negativos de seus produtos e isso as inibe no ímpeto criativo. Além disso, as leis, o comportamento de certo tipo de advogado, o comportamento do judiciário tornaram o (ato de inovar cheio de risco e assim desestimulam tal façanha. Acena também ao caráter precário e arriscado de vários ramos da tecnologia, que geram certa suspeita e prognóstico de desenvolvimento menos acelerado. Detém-se mais longamente sobre a informática. Faz ver, apesar de sua atual mitificação, que o desenvolvimento não se processa no ritmo esperado e que os

riscos que ela envolve são maiores que se imaginam.

Outro fenômeno em andamento refere-se a um recurso a tecnologias, em dado momento, consideradas obsoletas, só que em forma mais aperfeiçoada. Ele elenca vários setores onde o progresso não se deu na linha esperada. Assim, na educação, volta-se ao giz, ao quadro, como meio mais pedagógico do que o uso do computador sem mais. Desiste-se das pesquisas do construir a inteligência artificial. Em muitos campos, o uso do computador tem-se mostrado contra produtivo, gerando perdas de produtividade.

As viagens espaciais produziram no corpo humano efeitos negativos que o mundo científico tem calado por razões estratégicas, além do custo proibitivo desses programas com resultados bem menores do que o esperado.

Outro fator da diminuição da criatividade vem da idade. A média de idade dos cientistas dedicados às pesquisas cresceu. É fato comprovado que com a idade se perde a capacidade criativa. Com o envelhecimento dos cientistas é de esperar-se que caia a capacidade inventiva.

O material plástico mereceu uma referência especial, já que se depositava nele uma esperança enorme e agora tornou-se sinônimo de poluente, lixo não degradável, material de menor valor, cedendo espaço para o algodão, a lã, etc. Se se compara a atual atitude diante do plástico, sobretudo com o endeuçamento do "nylon", lançado por Ou Pont de Nemours em 1930, vê-se a não confirmação das expectativas de então. Pois, as meias de nylon foram apresentadas pela primeira vez

em 1939 na Feira Internacional de New York. Ou Pont teve dificuldade de satisfazer a demanda. Ele fez um filme em que duas mulheres travaram um corpo a corpo por um par de meias de nylon perante o olhar estupefato da vendedora. Foi declarado material estratégico na guerra de 1939 para o fabrico de pára-quadras. Hoje é esse vexame. Em 1988, no 50 aniversário do Nylon, Ou Pont organizou uma comemoração em que J. Hill, que colaborara na criação de tal material, critica-o ferozmente:

"Penso que a raça humana vai perecer, sufocada sob o plástico. Vêem-se esses malditos sacos de lixo por todo o lado ...Por todo o lado, o meu olhar encontra pedaços de plástico amarrotados. Dão-se conta disso?"

Algo semelhante acontece com o cimento. Esse material parecia ser a salvação nas construções. Hoje já mostra sua precariedade. Há uma volta à madeira, ao tijolo, ao barro, à cerâmica, ao adobe.

No campo do transporte, aparece a precariedade do helicóptero, da aviação em geral que ameaça tomar-se maior perigo, devido ao congestionamento, e outros riscos. Voltam os investimentos nos trens, no bonde.

Onde aparece mais trágico o declínio da tecnologia é no campo da indústria farmacêutica. Aí se sente mais a pressão de uma legislação rígida, das indenizações em caso de algum malefício. O campo da prevenção, sobretudo na fabricação de vacinas, tem decaído muito. Até doenças, que pareciam já erradicadas, voltam, como a tuberculose, a malária em muitas regiões, etc.

As tintas se tomam ainda mais escuras, quando o A. dedica a últi-

ma parte do livro a um estudo comparativo das civilizações em seu movimento de subida, estabilidade e decadência. Assinala como a civilização ocidental já está na fase descendente, já que não há nenhuma nação nova que possa continuar este processo. As previsões do A. são catastróficas, terminando o livro com a possibilidade do fim de nossa espécie, na esperança irônica de que "novas espécies virão e talvez sejam mais sábias", citando o almirante americano Rickover. Este almirante tinha sido um dos engenheiros nucleares que criaram o Nautilus, primeiro submarino atômico. Perante o Congresso americano, a 28 de janeiro de 1982, o dia de sua reforma, ele fez impressionante autocrítica: " Perguntam por que é que eu construí navios nucleares. Era um mal necessário. Deviam ser todos afundados". "Não estou orgulhoso do papel que desempenhei. Foi porque era necessário para a segurança do meu país. Penso que nos destruiremos a nós próprios, portanto que importância tem isso? Novas espécies virão e talvez sejam mais sábias" (p. 158).

O prognóstico do A. é um crash em Wall Street, seguido de uma anomia tal que algum país menor aventureiro poderia arriscar destruir o mundo com seus artefatos nucleares. Acha que os USA não estão conscientes da gravidade da situação. Exatamente como aconteceu com as civilizações que entraram em colapso no passado. Aponta como causa do declínio dos grandes impérios: o complexo de superioridade e de auto-satisfação, com a conseqüente resistência à vontade de mudança. É o caminho por onde se metem os USA.

Evidentemente o livro tem um caráter programático, com a finalidade

de despertar o Ocidente para a gravidade da situação. J. Gimpel é historiador das técnicas e autor de inúmeros trabalhos, sobretudo sobre a Idade Média. No livro, faz várias vezes comparações entre a situação atual e a Idade Média, seja para alertar de riscos possíveis hoje, seja para desmitificar afirmações genéricas. Assim, por exemplo, discorda de afirmações de ecologistas a respeito do aquecimento planetário por causa da poluição. Diz que na Europa de séc. XII e XIII a temperatura era um ou dois graus superior à atual. A destruição do ambiente e a poluição existiram na Idade Média de modo muito acentuado, seja por causa da indústria de vidro, que queimava muita madeira, seja por causa dos curtumes e abate de animais, que poluíam as águas das cidades (p. 29s).

Em outro momento, apresenta a Itália como país modelo, pelo fato de ter maior criatividade, por ter introduzido tecnologia de ponta nas indústrias tradicionais. Criou empresas "artigianais", de raízes familiares, alicerçadas em comunidades em que valores, crenças, lealdades e interesses são partilhados. Estas empresas, com uma média de 10 pessoas, em 1985, representavam 80% das indústrias de manufatura nas regiões do Centro e do NE do país, ultrapassando largamente as grandes empresas do mesmo setor industrial. MQdena criou "aldeias de artesãos", onde as instalações de produção e as zonas residenciais se situam a uma distância que pode ser percorrida a pé ou de bicicleta, onde os centros de formação para desempregados alimentam diretamente as empresas recém-criadas e onde as pequenas empresas que utilizam técnicas informatizadas se agrupam

para fabricar produtos mais complexos (p.119).

A consciência ética de certos cientistas também interferiu no abandono de pesquisas. O caso clássico é o do cientista francês J. Testard, que criou na França o primeiro bebê-de-proveta. Em 1986, abandonou o seu trabalho com embriões humanos e passou a fazer investigações sobre embriões animais. Cessou depois tais investigações, com o temor de que seus resultados poderiam ser aplicados ao estudo dos embriões humanos. Posição diametralmente oposta à do prêmio nobel J. Monod, expressa por ele na lição inaugural no College de France, a 3 de novembro de 1967: "O único fim, o valor supremo, o soberano bem na 'ética do conhecimento', não é, reconhecamos, a felicidade da humanidade, menos ainda o seu poder temporal ou o seu conforto, nem mesmo o 'Conhece-te a ti mesmo' socrático, mas sim o próprio conhecimento objetivo. Penso que é preciso dizê-lo, é preciso sistematizar está ética, retirar dela as conseqüências sociais, morais e políticas, é preciso difundir-la e ensiná-la, porque, como criadora do mundo moderno, é a única compatível com ele. Não deve esconder-se que se trata de uma ética severa e constrangente que, embora respeite o homem como suporte do conhecimento, define um valor superior ao próprio homem". (P. Drouin, L'Autre futur, Paris, Fayard, 1989, 051-2).

A tese de J. Monod açularia o desenvolvimento tecnológico muito mais. Mas ela está perdendo terreno, precisamente pela influência de atitudes éticas como de J. Testard. O espraiamento da inquietação ética sobre o destino da vida, da humanidade, tem influenciado para maior cautela nos avanços tecnológicos. Isso vem confirmar a tese de Gimpel. O A. não defende uma a-eticidade científica na linha de J. Monod, mas simplesmente mostra como o surto ético interfere na perda de aceleração do desenvolvimento tecnológico. O A. não emite juízo de valor, mas simplesmente constata o fato.

Seus juízos de valor pesam mais sobre o abuso de advogados e juizes, sobretudo nos USA, que defendem e acatam respectivamente denúncias abusivas a respeito de inovações tecnológicas. Além disso, acentua muito a atual situação de inconsciência das grandes potências sobre a gravidade da crise de civilização, sem forças novas capazes de enfrentá-las.

Mesmo que o livro seja, a meu ver, um tanto apocalíptico, vale a pena conferir seus dados e tirar as próprias conclusões.

J. B. Libanio

STORCH, Léa Waidergom - COZAC, João Ricardo: *Relações virtuais*. O lado humano da comunicação eletrônica. Petrópolis: Vozes, 1995. 294 pp. 22,8 x 16 cm . ISBN 85.326.1560-0

, Este livro pode introduzir-nos no mundo, para muita gente, extremamente novo das relações virtuais. Diferentemente das relações reais, elas são estabelecidas sem contacto físico, nem de presença, nem de voz, mas por escrito na tela dos computadores. É um mundo fantástico, que vai exigir uma nova psicologia interpretativa. A autora Léa Storch é formada em Artes Plásticas e Comunicação Visual, enquanto J. Ricardor é psicólogo. Eles se complementam muito bem, já que o livro joga tanto com a dimensão comunicativa como com análises psicológicas.

Dois lugares comuns do mundo atual recebem, através das relações virtuais, novo enfoque, rompendo assim análises óbvias. Acentuam-se a solidão, o isolamento, o anonimato das pessoas, de um lado, e, de outro, queixa-se de que a geração nova, formada na imagem, está a abandonar a leitura e escrita. Eis que surgem essas novas relações virtuais, extremamente envolventes, povoando solidões, aproximando pessoas desde seus PCs. Além disso, é uma comunicação unicamente pela escrita. Pode, é verdade, conduzir a contactos ulteriores por telefone ou encontros cara-a-cara. As relações virtuais, como tais, restringem-se ao mundo do computador.

O lugar de encontro virtual são as BBSs (Bulletin Board System = Sistema de Quadro de Avisos), os conhecidos provedores. O livro analisa os vários tipos de contactos que a BBSpropicia: conferências, central de ajuda e psicoterapia, crônicas,

encontros virtuais (chat), encontros mais íntimos, eróticos, sentimentais e sexuais (Cyber-sex), etc.

Cria-se uma nova linguagem em que os sentimentos recebem sinalizações gráficas as mais curiosas. Assim, para gritar, escreve-se tudo em maiúscula. Numa conversa, o uso exagerado da maiúscula reflete violência e raiva do usuário, já que está gritando todo o tempo. Existe, portanto, verdadeiros "emoticons" que traduzem com sons onomatopaicos, reduções, sinais diversos, o tom da mensagem. As letras separadas significam que estão sendo ditas D E V A G A R. Escrever sem espaço reflete o contrário: muita pressa. Alguns exemplos de sinais emotivos: :-) = sorriso; :-(= cara triste; :->) = um grande sorriso, etc.

Ou também uma gargalhada se traduz por "hahahaha", enquanto um rizinho irônico por "hehehe" e uma risadinha tímida por "hiihihi".

As possibilidades dessas relações são inúmeras e diversificadas. Abrem-se espaços para conversas de alto nível cultural, erudita, enriquecedora. Há espaço para pedido de qualquer tipo de ajuda, desde coisas bem práticas, como onde consertar um HD queimado, preparar um trabalho de escola, até pedir sangue para um acidentado. Há também campo para ajudas psicológicas em situação de depressão, para desabafos, para ouvir conselhos, para sentir uma presença numa hora de sofrimento, de desânimo.

O livro compõe-se mais de exemplos do que de análises. Mas os exemplos são tão claros que o leitor termina tendo uma idéia bastante ampla da natureza, amplitude, riqueza e limites das relações virtuais. Numa palavra, os AA. conjugam relato e reflexão, reportagem e transcrição, dando enorme espaço aos relatos, talvez com acentuação desproporcional sobre as conversas eróticas sexuais. Os AA. mostram como as relações virtuais conseguem extraordinário envolvimento afetivo e sexual, superior, para muitas pessoas, ao da vida real. Surge um novo tipo de sexualidade, que responde muito ao narcisismo atual. Baseia-se fundamentalmente no autoerotismo, alimentado, porém, por um parceiro só virtualmente presente. Essa presença mediática, se, de um lado, é menos forte que a real, de outro, possibilita uma desinibição quase total de modo que o microreitor escreve muito do que nunca teria coragem de falar diante da pessoa. Assim a conversa desce a sugestões, provocações, revelações sexuais ousadas, como os exemplos mostram. A via da provocação sexual passa, na maioria dos casos citados, pela descrição realista do próprio autoerotismo e sondagem do que o/a parceira está também sentindo. Os relatos põem às claras o vulcão das fantasias e desejos, quando se suprimem as travas de qualquer repressão ou controle. Os atores deixam-se ir ao sabor de seus sonhos afetivos e sexuais.

O livro baseia-se sobretudo em relatos e não traça perspectivas futuras desse universo virtual. Mas mesmo assim se podem intuir as novas possibilidades que se abrem e o tipo de comportamento que se está criando. Surge ao pensamento a pergunta de como elaborar uma éti-

ca que possa orientar as pessoas nessas novas relações. Já existem, como os AA. mostram, algumas regras, que pertencem mais à etiqueta que à ética propriamente dita. Pois, mesmo respeitando tais regras, as pessoas podem envolver-se em relacionamentos afetivos e sexuais eticamente questionáveis.

Evidentemente o público das relações virtuais, mesmo na sua variedade de idades, de origens culturais, de status econômico, etc. ainda pertence, no nosso país, a um certo grau de sofisticação. O aspecto econômico praticamente não é tratado no livro. Não se tem a mínima idéia de que classe vem a maioria dos freqüentadores da BBS. O livro está muito baseado em casos, em relatos particulares, que não permitem nenhuma conclusão estatística. Também não aparece claro o critério de seleção que orientou os autores. Há quadros temáticos de diferentes naturezas, mas mesmo dentro deles há uma predominância para os relatos que envolvem a afetividade e sexualidade das pessoas e menos o interesse cultural ou de mera informação. Talvez o fato de pôr a tônica no termo "relações" implique já esta opção prévia. O livro faz aparecer, mesmo que não se consiga sabê-lo de modo estatisticamente seguro, que a telemática tem possibilitado um novo tipo de relações humanas afetivas malgrado a fama de sua tecnicidade. Cotrige a idéia de o freqüentador dos PCs ser um solitário que fica curiosamente lendo notícias, jogando, borboleteando atrás de curiosidades. O livro mostra uma pessoa sedenta de relações pessoais à busca de afetividade, de ternura e também apta para mostrar-se desinibidamente a outra pessoa, cujo conhecimento é somente virtual.

Facilita a desinibição o fato de que se possam usar pseudônimos. Os "alias" escondem-se atrás de falsa identidade. Isso serve também para que pessoas joguem maldosamente com o afeto dos outros, ocultando-se por detrás de nome fictício. Há alguns que escolhem um nome que serve para ambos os sexos, confundindo assim sua verdadeira natureza sexual para o parceiro/a. Desta sorte, podem desempenhar ora um papel masculino ora feminino. Para alguns é uma maneira de "liberar" suas tendências homossexuais misturadas com as heterossexuais.

Nesses jogos afetivos e sexuais, há de tudo. Há pessoas sérias, há conquistadores, há sedutores, há pessoas que abusam da situação de fragilidade ou ingenuidade do parceiro/a, etc. Os relatos permitem perceber esses diversos cenários. Há casos em que as relações virtuais foram um passo para as relações reais com as mesmas pessoas. Ou-

tras vezes preparam encontros reais. Outras vezes a relação real foi uma decepção. Esse medo da decepção faz com que muitos não queiram abandonar as relações virtuais. Tornam-se verdadeiro ópio, alienando o ator eletrônico da realidade. Pode ser uma nova e terrível forma de egoísmo, alimentada pela própria fantasia, açulada essa sim, pela força sugestiva do parceiro eletrônico.

Os AA. poderiam ter explorado mais a problemática que estas relações levantam no campo psicológico, social, político, ético. A riqueza ficou por conta dos relatos e de pequenos comentários. Por demais discretos. Há muita mina a ser explorada nessa aventura das relações virtuais.

J. B. Libanio

GONZÁLEZ FAUS, José Ignacio: *La autoridad de la verdad*. Momentos oscuros del Magisterio eclesiástico, Barcelona: Herder/Facultat de Teologia de Catalunya, 1996. 275 pp., 22 x 15,5 cm. Collectània Sant Pacià. ISBN 84-254-1978-6.

Na eclesiologia, o tema do magistério eclesiástico tem sua relevância. E, nos últimos séculos, tem sido um tema muito estudado e controvertido. O A. faz uma pesquisa histórica de alguns momentos em que o Magistério pontifício ordinário tomou posições que hoje, à distância, percebemos, com clareza, equivocadas.

\ O livro é dividido em duas grandes partes. Na Iª parte, apresentam-se os casos em que o magistério tomou posição desacertada. O A. tece seus comentários, procurando situar o documento no seu tempo, para que apareçam, com maior honestidade, os limites do magistério. Mostra também que, em geral, nesse mesmo momento, havia outras po-

sições vigentes que hoje aparecem mais adequadas. Não se trata, portanto, de casos limites da consciência possível, mas de equívocos, quase sempre devidos a uma falsa compreensão e uso do poder.

Apesar de terem sido escolhidos alguns casos, o A. tenta mostrar que os erros foram ampliando-se à medida que o magistério se envolveu com o poder temporal, de um lado, e, de outro, quando este lhe foi tirado, refugiou-se num poder espiritual crescente.

Muitos dos casos são clássicos e conhecidos, outros menos notos. Não dá para enumerá-los todos, já que são 36. Há casos de pessoas condenadas, depois reabilitadas, de aprovação do uso da violência, de anti-semitismo, de tomadas de posição contra dados científicos e descobertas, de aprovação da escravidão, de pretensão de poder temporal desmedido, de decisões coniventes com poderes mundanos, de proibição de iniciativas promissoras, de condenação apressada de erros, juntamente com verdades embrionárias, e de valores importantes da sociedade moderna, etc.,

Na II Parte, depois de breve balanço dos casos estudados, elabora uma reflexão teológica mais detalhada e profunda. Para o A., a causa de tais equívocos reside num "monofisismo pneumatológico" subjacente à maneira de agir do magistério. O termo "monofisismo" é tomado da cristologia. Significa a heresia que reduz a humanidade de Jesus a um papel secundário a ponto de considerar Jesus tendo "uma só" (monos) "natureza" (physis)", a saber a divina. Nega-se-lhe praticamente a dimensão humana. No caso da eclesiologia, seria considerar as ações do magistério

de tal modo protegidas pela assistência de inerrância do Espírito Santo que salta e até despreza as mediações humanas da consulta, da pesquisa, do estudo da questão. É como se o Espírito Santo agisse diretamente sobre o magistério da Igreja sem que este precisasse dos recursos humanos. Descuidaria por assim dizer a "humanidade" e se ater à "divindade".

Em outras palavras, o magistério se dispensaria, por causa da assistência do Espírito Santo, do árduo, lento e paciente processo de discernimento. Falta-lhe a calma para esperar que as verdades amadureçam na história, não de modo mágico e precipitado, mas através da lenta busca humana, na qual age o Espírito.

O A. tenta mostrar que há uma posição teológica de base que desconhece inclusive a história. Dela se podem aprender os limites do conhecimento humano e a necessidade de reconhecer a provisoriedade de certas posições. Esta é a razão porque o A. respingou do passado histórico do magistério os casos estudados.

Crítica, em vários momentos, a atitude precipitada de arrancar o grão de trigo ao querer acabar com toda cizânia, contrariando a sabedoria da parábola de Jesus. De igual modo, chama a atenção para o que denomina de "duas medidas". Uma tendência, sobretudo nos últimos séculos, de facilmente apoiar movimentos conservadores políticos e religiosos, e de condenar generalizadamente os movimentos progressistas, asfixiando gérmenes de vida nova.

Caracteriza bem as duas eclesiologias que estão em jogo ao longo das dificuldades, críticas e condenações, a saber, uma que acentua a comu-

não vinda de cima e que se constrói desde a hierarquia, na autoridade, e a outra vinda de baixo, desde as comunidades. E a elas, por sua vez, subjazem duas teologias, em que a concepção de Revelação, de Igreja, de Tradição, do Papado e da Cristologia se distinguem por uma tendência mais extrínseca, objetivista, unitária, e outra mais interior, com acento na comunhão do Espírito, da liberdade, do pluralismo.

Desenvolve interessante reflexão sobre a questão do magistério e a comunhão. O "punctum dolens" consiste fundamentalmente na compreensão da ação do Espírito na construção da comunhão na Igreja e o papel do magistério aí.

Mesmo que o tema tenha sido o magistério ordinário, dedica um bom parágrafo à infalibilidade do Papa, segundo a definição do Concílio Vaticano I. Para isso, faz uso da relação do Mons. Grassler e de importante documento do episcopado alemão, como elementos para uma correta hermenêutica da definição. Mostra como também da infalibilidade do Papa há duas leituras possíveis, uma mais na linha absolutista, segundo um texto de Bismarck e outra mais eclesiológica. A primeira reflete uma submissão autoritária e a segunda vivencia a comunhão no espírito da Eucaristia.

Outro eixo constante nas críticas é a concepção de poder. Quanto mais o magistério se aproximou de uma concepção mundana, autoritária de poder, quer por sua vinculação com o poder temporal, quer pela absolutização do poder espiritual, cometeu mais numerosos e graves erros.

O livro é extremamente interessante. Sério, bem fundamentado, arguto nas análises. As críticas pertinentes e cortantes são elaboradas

por alguém de dentro da Igreja e com amor à mesma. Trata-se de uma colaboração da teologia ao magistério num espírito de "maioridade", sem subserviências fáceis.

O texto mostra muito bem as relações mais profundas entre tomadas de posição em coisas práticas, em decisões de governo, e a eclesiologia subjacente. E, por sua vez, relaciona com toda uma compreensão da revelação, da cristologia, numa palavra, de toda a teologia. Por isso, o problema é mais complexo. Veio-se formando no segundo milênio um "modus theologicus" que foi lentamente influenciando todos os campos do magistério. Decisões, talvez corretas, em determinadas circunstâncias, levaram a uma centralização do magistério e a uma demissão do conjunto da Igreja. E tal conjuntura foi-se impondo como "doutrina comum", com consequências negativas para o conjunto da Igreja. Cabe recuperar o processo histórico, perceber os deslocamentos circunstanciais e reorientar os cânones numa perspectiva que responda mais ao momento atual.

O livro necessita ser lido no mesmo espírito com que foi escrito: abertura, liberdade e serviço intelectual honesto. Uma leitura afetiva e apaixonada poderá deturpar o objetivo principal do livro e confundir as intenções. Evidentemente é um serviço à inteligência crítica. Poderá não ser útil nem benéfico para quem vive ainda num clima não afetado pela crítica moderna, como seria o caso daquela velhinha que, ao morrer, dizia: Creio em tudo o que ensina a Santa Madre Igreja, esteja certo como errado!

J. B. Libanio

FERRARO, B: *Cristologia em Tempos de Ídolos e Sacrifícios*. São Paulo: Paulinas, 1993. 112 pp., 20 x 13 cm. ISBN 85-05-01477-4

O presente livro prioriza o que é fundamental na fé em Jesus Cristo, com atenção especial voltada a libertar o cristianismo da teologia sacrificialista, a partir da prática histórica de Jesus de Nazaré comparada à vida dos pobres e mártires da América Latina e Caribe, dos "marcados para morrer".

O 1º capítulo versa sobre a América Latina, continente de opressão, sofrimento e morte dos pobres. A situação aqui é de desagregação política, social, econômica e religiosa, onde se tenta legitimar esta política exigindo um "sacrifício" necessário para o "equilíbrio do mercado". Quem rege esta sociedade neoliberal é o Deus-Capital, que consome os pobres que passam a ser "estorvo", "peças descartáveis" do jogo do mercado. Dados da ONU que estudam a alimentação e agricultura revelam que mais de 40% dos brasileiros vivem sob regime de fome. Há dados aviltantes em termos de renda, mortalidade materno-infantil, desemprego, prostituição, moradia etc. Esta situação vergonhosa deve-se ao agravamento da Dívida Externa, que suga o excedente dos países latino-americanos. A política econômica condena e mata; mata os pobres e as pessoas que tentam defendê-los. Os pobres não buscam a morte, evidente; eles resistem e, por isso, são eliminados (veja o movimento dos "Sem-Terra").

A pedagogia divina consiste em defender a vida. Deus sai em defesa dos que menos têm; não porque sejam bons, mas simplesmente por serem pobres (Puebla 1142). Em Lc 6,20 e Mt 5,3 vemos que o Reino é dos

pobres, exatamente porque são pobres. O Cristo Sofredor reflete o rosto do pobre. Em nome de Deus, perpetuam-se situações em que o ser humano é impedido de se tornar humano; em nome de Deus justifica-se a morte, que carrega uma recompensa eterna (visão escatológica) como prêmio para seu sofrimento.

O amor gratuito de Deus revela-se no amor e respeito ao pobre que, hoje, é entendido como critério escatológico de salvação e perdição (Mt 25,31-46). Optar pelos pobres é optar pela reprodução e produção de elementos fundamentais à vida. O lógico é que todos tenham vida, ao contrário da ideologia do sistema neoliberal. Jesus foi assassinado exatamente porque "estorvava" a sociedade da sua época e, como Ele, muitos mártires e pobres.

O 2º capítulo focaliza a Palestina do século I e seu sistema de morte (sistema sacrificial). Jesus, como sujeito histórico, inserido na realidade sócio-econômica, política, cultural e religiosa da sua época, vivenciou os conflitos do seu tempo e teve que se posicionar frente a eles. Jesus nasceu num contexto de desagregação social, onde o banditismo surgia, exatamente, devido ao peso dos impostos pagos a Roma e ao templo, e à seca, à fome, e ao endividamento que assolavam o seu povo. Israel sofria a dominação dos povos estrangeiros. A esperança de um Rei que, com a "força da sua palavra", restituísse a justiça social, fez brotar os movimentos messiânicos populares. Na Palestina do 1º século houve o conflito entre o grupo dominante dos judeus e

romanos contra os camponeses judeus. Jesus compartilhava, juntamente com outros líderes, da defesa dos camponeses, defendendo a terra (Mc 1,4; Lc 4,18-19). A prática de Jesus visava a defesa da vida em detrimento da Lei, quando esta legitimava a injustiça. Atitude contrária ao farisaísmo, legalista e ritualista, que constituía um obstáculo ao dom do Reino. O fariseu oferece "muitas coisas" a Deus, mas não oferece a própria pessoa, em contraposição a Jesus, que protege, até à morte, os fracos e marginalizados. Pela liberdade de Jesus entendemos que a libertação do ser humano não está na Lei, mas na vivência do Reino de Deus, no respeito ao pobre. O lugar de encontro com Deus é, prioritariamente, o espaço humano, e não o templo pelo templo.

O 3º capítulo aborda mais detalhadamente a pessoa de Jesus de Nazaré como líder popular, comprometido com as lutas populares do seu tempo, marcado para morrer, coerente com a sua prática do projeto do Reino. Testemunha fiel, entrega sua vida como dom de si por solidariedade e amor.

Jesus não buscava a morte; foi assassinado como consequência do tipo de vida assumido por Ele, em conformidade com a vontade do Pai. Deus Agape envia seu Filho, que anuncia e realiza o seu Reino. Duas situações poderiam acontecer: a primeira delas a aceitação do Reino; a segunda, a sua rejeição. Esta foi a escolhida e Jesus foi morto pela maldade humana das classes dominantes como bandido, fora da cidade, crucificado ao lado dos ladrões. A morte de Jesus foi inevitável pelo seu enfrentamento com o sistema. Ela foi percebida e intuída por Jesus a partir dos assassinatos do povo e

de João Batista. Neste capítulo, são focalizados textos do Evangelho que anunciam a paixão e os planos para matar Jesus.

À semelhança de Jesus, mártires latino-americanos, como Dom Oscar Romero e Padre Josimo, intuíram também a sua morte a partir de suas práticas históricas. Nem sempre o testemunho de alguém acaba em morte; há também os mártires vivos, dentre os quais Dom Pedro Casaldáliga.

Algumas relações entre a morte de Jesus e dos mártires:

Tanto Jesus como eles são rejeitados por suas ações e gestos; a morte é consequência prática da justiça em favor dos pobres (solidariedade); a morte é testemunha da verdade, ou seja, o mártir, como Jesus, reabilita a Palavra de Deus, garantindo o futuro.

Finalmente o autor faz um paralelo entre o sistema sacrificial que mata Jesus e a política neoliberal que sacrifica algumas vidas para "salvar" outras.

O mecanismo vitimário era uma tentativa para restabelecer a ordem mediante a violência; seria necessário sacrificar um, como disse o Sumo Sacerdote Caifás (Mc 11, 49-50). No Brasil, este mecanismo é chamado "boi de piranha"; os Evangelhos empregam o termo "Cordeiro de Deus".

A morte de Jesus é de responsabilidade do poder fetichizado da Lei, da religião e do templo, que se encarnam nos sacerdotes, escribas, fariseus, doutores da Lei, imperador, herodianos, saduceus, soldado romano que, enfim ao pé da cruz, reconhece que "Ele realmente era o Filho de Deus", enquanto a multidão protege-o e o aclama (Mc 11, 1-11).

O 4º capítulo fala da memona perigosa dos mártires, da morte dos pobres e da dívida externa. A eliminação do mártir ou do pobre é a última tentativa de calar a voz da testemunha. A partir de Jesus, que vence a morte pela sua Ressurreição, os mártires têm assegurada a sua vitória.

A memória dos mártires induz à reflexão de três aspectos: o fortalecimento da resistência dos que lutam; a retomada da Utopia do Reino, reino de Deus que é futuro, o "ainda não", plenitude, colheita, e o Reino de Deus (semente) que é presente, o "já", iniciado com o tempo, tempo de sementeira; e enfrentamento com o poder do mal: o Deus da vida se contrapõe aos ídolos da morte.

Segundo J. Sobrino, o martírio de Jesus de Nazaré se parece muito com os martírios dos pobres da América Latina porque as razões de suas mortes assemelham-se muito: são mortos para cumprir a Lei e para manter a ordem, o que legitima a lógica do sistema sacrificial de morte; Jesus e os mártires não aceitam esta lógica que incluía os impostos pagos ao estado romano e ao templo e, na América Latina, nossos mártires não aceitam a dívida externa que os condenam.

No neoliberalismo há necessidade de salvar o país da miséria a partir do sacrifício dos menos favorecidos; em Jesus, é o próprio Deus que se encarna e se sacrifica, não exigindo que outros o façam. No sistema excludente neoliberal, subsiste o Deus Moloc-Capital, eliminando os pobres, considerando-os "sobrantes", os

"surplus people", que pela sua "incompetência", são considerados descartáveis.

Para concluir, o autor explicita no 5º capítulo, as perspectivas que afloram na luta contínua pela libertação dos pobres, que são os índios, negros, mulheres, camponeses, crianças, velhos e operários.

O sacrifício dos pobres da América Latina é um sacrifício imposto, portanto, vitimário. Mas há o sacrifício que corresponde a uma disposição de amor como o de Jesus; neste caso ele é martírio!

A recriação da esperança está exatamente na destruição do sistema sacrificial. Não há mais motivo para sacrifício, uma vez que Jesus já o fez, oferecendo-se por nós, em nosso lugar, em uníssono com a vontade do Pai.

O pobre, na América Latina, aponta inclusive para uma alternativa de vida diante das suas reivindicações, pois, a partir delas, força as estruturas sociais a transformarem a sociedade.

A importância deste livro está exatamente no desenvolvimento de uma crítica procurando discernir o mundo atual neoliberal, com seus mecanismos idolátricos de mercado, o contínuo assassinato de Jesus, na pessoa dos mártires e pobres considerados impecilhos..para o desenvolvimento da Latino-América, sem deixar de vislumbrar a Utopia do Reino.

Rosa Emília Motta A. de Lacerda